

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

CONTRATO REF.^a Nº 07_ GPENAPOR_2022
Estudo de Impacte Ambiental

ENTRE

- ENAPOR –

EMPRESA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS, S.A.

E

EDWARD CONSULT, LDA

CONTRATO REF.ª N.º 07_GPENAPOR_2022
CONTRATO SERVIÇO CONSULTORIA

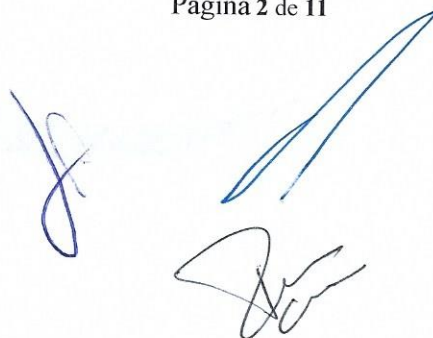
Entre;

PRIMEIRA: ENAPOR – EMPRESA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS, S.A., com sede na Avenida Marginal, Cidade do Mindelo, Ilha de São Vicente, CP-82, Detentora do Capital Social de 1.200.000.000\$00 (um milhar e duzentos milhões de escudos), que se encontra totalmente realizado pelos valores integrantes do seu património, Contribuinte n.º 200487264 (NIF), matriculada na Conservatória do Registo Comercial da Região de 1.ª Classe de São Vicente sob o n.º 1168, legitimamente representada neste ato pelo Eng.º **Alcídio Nascimento Lopes**, casado, portador do BI n.º 219163, emitido pelo arquivo de Identificação Civil e Criminal de S. Vicente, titular do NIF: 121916391 e pelo Eng.º **Ireneu Rosa de Azevedo Camacho**, solteiro, portador do BI n.º 129344, emitido pelo arquivo de Identificação Civil e Criminal de S. Vicente, titular do NIF: 165280263, na qualidade de Presidente do Conselho de Administração e Administrador respetivamente, no uso das competências estatutárias, com poderes para obrigar, adiante designada por **Primeira Outorgante**.

E

EDWARD CONSULT, LDA, com sede na cidade do Mindelo Cx Postal 653 - Ilha de São Vicente, Cabo Verde, matriculada na Conservatória dos Registos de São Vicente com nº 16120, inscrito com o NIF nº 1256468001, representada neste acto pelo seu sócio gerente, Doutor **Luís Jorge Monteiro Fernandes**, solteiro, maior, natural de Santo Antão e residente em São Vicente, adiante designada por **Segundo Outorgante**

Entre as Outorgantes supra identificadas e nas respetivas qualidades, é de boa fé e livre vontade firmado e reduzido a escrito o presente contrato de consultoria que se rege pelas seguintes cláusulas:



Cláusula 1.^a
(Objeto)

O contrato tem por objeto a Prestação de Serviços na elaboração dos **Estudos de Impacte Ambiental**, na zona da Mاتيota, área identificada para albergar a base do evento "The Ocean Race".

Cláusula 2.^a
(Vigência)

1. O presente contrato entra em vigor na data da sua assinatura e vigorará pelo período de 45 dias úteis;
2. Qualquer das partes outorgantes poderá denunciar o presente contrato, independentemente de qualquer ordem de motivo, desde que a denúncia revista a forma escrita e seja feita com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias e sem obrigação de indemnização ou ainda por mútuo acordo.
3. A falta de aviso prévio estabelecido no número anterior obriga a parte faltante ao pagamento de uma indemnização proporcional, nos termos a acordar pelas partes.
4. Sem prejuízo do disposto no número anterior, o prazo de vigência do contrato poderá ser prorrogado mediante acordo entre as partes.

Cláusula 3.^a
(Obrigações principais do Segundo Outorgante)

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente contrato ou nos demais documentos contratuais, da celebração do contrato decorrem para o Segundo Outorgante, as seguintes obrigações:
 - a) Executar a prestação do serviço de consultoria objeto do presente contrato em conformidade com a natureza da empreitada e possíveis dados fornecidos pela Primeira Outorgante;
 - b) Respeitar toda a legislação que lhe seja aplicável;
 - c) Comunicar de imediato à Primeira Outorgante, quaisquer conflitos de interesses ou de deveres que possam comprometer ou afetar o cumprimento integral das suas obrigações;
 - d) Informar de imediato à Primeira Outorgante de quaisquer factos de que tenha conhecimento e que possam ser considerados objetivamente relevantes para o cumprimento integral das suas obrigações;



- e) Responder a qualquer incidente ou reclamação, suscitados pela Primeira Outorgante, relativamente à prestação do serviço quando solicitado.
 - f) Cumprir com o prazo acordado para conclusão dos trabalhos, conforme estipulado na cláusula 2.^a, n.º 1) do presente contrato;
2. Todos os estudos, evidências, resultados, propostas, relatórios e planos que resultarem deste serviço, serão remetidos em primeira mão à Primeira Outorgante, devendo em caso algum serem utilizados para fins alheios ou citados, sem a devida autorização da mesma.

Cláusula 4.^a
(Obrigações da Primeira Outorgante)

A Primeira Outorgante:

- a) A facultar o acesso do Segundo Outorgante às instalações onde serão alvo do estudo objeto do presente contrato, sempre que tal se afigure necessário à sua adequada execução;
- b) A fornecer ao Segundo Outorgante, e dentro de um período razoável, todas as informações que o mesmo solicitar, e possíveis, para a adequada execução do Contrato;
- c) A assegurar que os técnicos da ENAPOR estejam disponíveis para prestar informações necessárias solicitadas pelo Segundo Outorgante para a adequada execução do Contrato.
- d) Facilitar os contactos com outras instituições para recolha de informações necessárias.

Cláusula 5.^a
(Preço e Condições de pagamento)

- 1. Pela prestação dos serviços objeto do presente contrato a Primeira Outorgante obriga-se a pagar ao Segundo Outorgante o montante global de 520.000,00 CVE (quinhentos e vinte mil escudos), conforme os termos das propostas adjudicadas e que fazem parte integrantes ao mesmo, sob os quais serão acrescidos os valores devidos a título de impostos.
- 2. Em caso de mora no pagamento, o Segundo Outorgante terá direito e sem demoras para a parte dos pagamentos considerados, de um juro de mora à taxa legal, não podendo no entanto, o total destes juros ultrapassar 30% do preço contratual.



3. A mora da Primeira Outorgante interrompe a contagem dos prazos a que ora se obriga ao Segundo Outorgante, nomeadamente, para efeito de cálculo de penalizações.

Cláusula 6.^a
(Dever de boa execução)

1. O Segundo Outorgante desde já declara e garante que cumpre toda a legislação e regulamentação aplicável à atividade por si prosseguida e que está e estará na posse de todas as autorizações, licenças, alvarás e ou aprovações que, nos termos da lei e regulamentação que lhe sejam aplicáveis e se mostrem necessárias para a prossecução da atividade, bem como para o cumprimento das obrigações decorrentes do contrato.
2. O Segundo Outorgante garante que os serviços por si prestados no âmbito do contrato, cumprirão com os requisitos exigidos e serão adequados aos objetivos e finalidades definidos pela Primeira Outorgante.

Cláusula 7.^a
(Propriedade Intelectual e Direitos de Autor)

1. Todo o “*know-how*” relativo à prestação dos serviços compreendidos no presente instrumento, nomeadamente a resultante do estudo de Impacte Ambiental, na Cláusula 1.^a, elaborados pelo Segundo Outorgante, serão, no termo do contrato, na medida em que a lei o permita, propriedade da Primeira Outorgante para todos os efeitos, podendo esta livremente modificá-los e utilizá-los para quaisquer fins.
2. O Segundo Outorgante indemnizará a Primeira Outorgante por todos os prejuízos, danos ou custos emergentes de ações ou procedimentos por violação de direitos de propriedade intelectual relativamente aos documentos, manuais, equipamentos, materiais, desenhos, peças escritas ou desenhadas, ideias ou técnicas protegidos por direitos de propriedade intelectual, mesmo que tal violação não fique a dever-se a negligência ou dolo do Cocontratante.
3. O Segundº Outorgante não poderá invocar quaisquer direitos pessoais relativamente a direitos de propriedade intelectual com vista a obstar ao cumprimento das obrigações que para ele decorram do contrato a celebrar.



4. O Segundo Outorgante cumprirá todas as obrigações e deveres legais que resultem da utilização direta ou indireta de direitos de propriedade intelectual e industrial da Primeira Outorgante ou de terceiros, designadamente informações de natureza técnica, ambiental ou de segurança.
5. Em caso de violação, ou de alegada violação, dos direitos de propriedade referidos no número anterior, o Segundo Outorgante será o único responsável por qualquer questão judicial ou reclamação feita a Primeira Outorgante, indemnizando-a de todas as despesas que, em consequência, haja de fazer e de todas as quantias que tenha de pagar seja a que título for.

Cláusula 8.^a
(Regularização de contribuição fiscal e de segurança social)

1. Durante a vigência do contrato, o Segundo Outorgante obriga-se a manter regularizadas as obrigações fiscais e as obrigações contributivas para a Segurança Social, do Estado de Cabo Verde ou do Estado de que o Adjudicatário seja nacional ou se encontre estabelecido.
2. Para efeitos do determinado no número anterior, o Segundo Outorgante, obriga-se a disponibilizar a documentação comprovativa da regularização referida no número anterior, sempre que solicitado pela Entidade Adjudicante.

Cláusula 9.^a
(Penalidades)

1. Em caso de incumprimento imputável ao Segundo Outorgante, aplicam-se, nas seguintes situações, as seguintes penalidades:
 - 1.1. Multa diária de 1% (um por mil) do preço contratual, nos primeiros 30 (trinta) dias.
 - 1.2. Em cada período subsequente de igual duração a multa diária sofrerá um aumento para 2% do valor do contrato, sem contudo, que na sua globalidade, possa exceder o limite máximo de 15% (quinze por cento) do preço do preço contratual.
2. Caso seja aplicada uma penalidade nos termos do disposto no número anterior, o respectivo valor será apurado e faturado em cada prestação.



3. O prazo para pagamento pelo Segundo Outorgante das penalidades previstas na presente cláusula é de 10 (dez) dias a contar da data de recepção das respectivas facturas, emitidas pela Primeira Outorgante.
4. Em alternativa ao pagamento a que se refere o número anterior, a Primeira Outorgante poderá optar por satisfazer os pagamentos previstos nos números anteriores através de compensação com as quantias a pagar ao contratante, ao abrigo do contrato a celebrar.
5. O valor acumulado das penalidades a aplicar não poderá exceder o limite máximo de 15% do preço contratual.
6. Caso seja excedido o montante referido no número anterior e a Primeira Outorgante decida não proceder à resolução do contrato, pelo facto de tal resolução implicar um grave dano para o interesse público, o limite máximo referido no número anterior será elevado para 30%.

Cláusula 10.^a
(Força maior)

1. Não podem ser impostas penalidades ao Segundo Outorgante, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que de natureza extraordinária ou imprevisível exterior à vontade da parte afetada e que por esta não possa ser controlada.
2. Podem constituir força maior, e se verificarem os requisitos do número anterior, nomeadamente, guerra (declarada ou não), tumulto, insurreição civil, catástrofes naturais, greves gerais de âmbito nacional, incêndios, inundações, explosões, decisões governamentais ou outras situações não controláveis pelas Partes.
3. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser comunicada à parte contrária no prazo máximo de 5 (cinco) dias a contar da data em que tenham tido conhecimento da ocorrência do mesmo.

Cláusula 11.^a
(Resolução do Contrato por parte do Primeiro Outorgante)

1. A Primeira Outorgante pode resolver o contrato em caso de grave violação das obrigações contratuais do cocontratante e ainda nos seguintes casos, sem prejuízo do direito de indemnização legalmente previsto:



- (a) Razões de interesse público, mediante resolução fundamentada;
- (b) Alteração anormal e imprevisível das circunstâncias, nos termos da lei;
- (c) Incumprimento definitivo do contrato por facto imputável ao Segundo Outorgante;
- (d) Incumprimento, por parte do Segundo Outorgante, de ordens, diretivas ou instruções transmitidas no exercício do poder de direção sobre matéria relativa à execução das prestações contratuais;
- (e) Cessão da posição contratual ou subcontratação realizadas com inobservância dos termos e limites previstos na lei ou no contrato, desde que a exigência pelo Segundo Outorgante da manutenção das obrigações assumidas pela Primeira Outorgante contrarie o princípio da boa-fé;
- (f) Se o valor acumulado das sanções contratuais com natureza pecuniária exceder o limite previsto na lei;
- (g) Incumprimento pelo Segundo Outorgante de decisões judiciais respeitantes ao contrato;

Cláusula 12.^a

(Efeitos da resolução do Contrato por parte do Primeira Outorgante)

1. Em caso de resolução do contrato pela Primeira Outorgante por facto imputável ao Segundo Outorgante, este fica obrigado ao pagamento de indemnização a que haja lugar nos termos gerais de direito.
2. A indemnização é paga pelo Segundo Outorgante no prazo de 10 (dez) dias após a notificação para esse efeito.
3. O disposto na presente cláusula não prejudica a aplicação de quaisquer penalidades que se mostrem devidas, se para tanto existir fundamento.

Cláusula 13.^a

(Resolução pelo Segundo Outorgante)

1. O Segundo Outorgante pode resolver o contrato em situações de grave violação das obrigações contratuais pela Primeira Outorgante e ainda nas seguintes situações:
 - (a) Alteração anormal e imprevisível das circunstâncias;
 - (b) Incumprimento definitivo do contrato por facto imputável ao Primeiro Outorgante;
 - (c) Incumprimento de obrigações pecuniárias pela Primeira Outorgante;



- (d) Exercício ilícito dos poderes da Primeira Outorgante quando tornem contrária à boa-fé a exigência pela parte pública da manutenção do contrato;
 - (e) Pela não disponibilização atempada dos dados técnicos necessários a boa elaboração do Estudo do Impacte Ambiental.
- 2. O direito de resolução previsto no presente artigo é exercido por via judicial ou mediante recurso a arbitragem.
 - 3. Nos casos previstos na alínea (c) do número 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração a Primeira Outorgante, produzindo efeitos 30 dias após a recepção dessa declaração, salvo se este cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.

Cláusula 14.^a

(Efeitos da resolução do Contrato por parte do Segundo Outorgante)

- 1. Em caso de resolução do contrato pelo Segundo Outorgante por facto imputável a Primeira Outorgante, este fica obrigado ao pagamento dos honorários correspondentes às fases já entregues ou em elaboração e uma indemnização pelos prejuízos emergentes da decisão tomada que se fixa em 15% dos honorários fixados;
- 2. A indemnização é paga pela Primeira Outorgante no prazo de 10 (dez) dias após a notificação para esse efeito.
- 3. O disposto na presente cláusula não prejudica a aplicação de quaisquer penalidades que se mostrem devidas, se para tanto existir fundamento.

Cláusula 15.^a

(Responsabilidades)

- 1. Sem prejuízo do disposto nos números seguintes o Adjudicatário apenas será responsável pelos danos patrimoniais que resultem diretamente da sua atuação.
- 2. A responsabilidade total e cumulativa do Adjudicatário não poderá exceder, em qualquer caso, um valor correspondente a 100% do preço do contrato, no valor de 520.000,00 ECV (quinhentos e vinte mil escudos), acrescido dos impostos legais.
- 3. Em caso algum será o Adjudicatário responsável por danos e prejuízos de carácter indireto, consequencial ou de natureza idêntica, incluído, mas não

exclusivamente, lucros cessantes, perda de benefícios, perda de oportunidades de negócio ou danos à imagem.

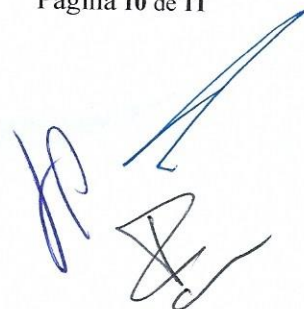
4. A responsabilidade da Entidade Adjudicante não excederá a do valor total e cumulativo previsto no presente contrato, sem prejuízo dos juros de mora aplicáveis por força do incumprimento das suas obrigações

Cláusula 16.^a
(Dever de sigilo)

1. O Segundo Outorgante deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, de segurança, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à Primeira Outorgante, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato, salvo autorização expressa da Primeira Outorgante.
3. O Segundo Outorgante obriga-se a remover e/ou destruir, no final da prestação dos serviços, todo e qualquer tipo de registo (em qualquer tipo de suporte, incluindo papel ou digital) relacionados com a informação coberta pelo dever de sigilo.
4. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que sejam comprovadamente do domínio público à data da respectiva obtenção pelo Segundo Outorgante ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Cláusula 17.^a
(Resolução de Litígios)

1. Os eventuais diferendos ou litígios emergentes da interpretação, execução e incumprimento do presente contrato serão solucionados preferencialmente por negociação entre as partes, de boa fé.



2. Na ausência de acordo relativo à questão controvertida, o diferendo ou litígio será dirimido pelo foro da Comarca de S. Vicente, com renúncia expressa de qualquer outro.

Cláusula 18.^a
(Lei aplicável)

O presente contrato é regulado pelas disposições do Código Civil vigente e demais legislação Cabo-verdiana aplicável.

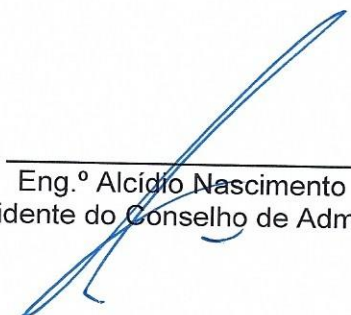
As Outorgantes declaram que aceitam o presente Contrato com todas as suas cláusulas, termos, condições e obrigações, das quais têm inteiro conhecimento e a cujo cumprimento se obrigam.

Este Contrato, constituído por 11 (onze) páginas, é feito em 2 (duas) vias, sendo uma para cada uma das partes e dele fazem parte integrantes o **Anexo** identificados e, que são rubricados pelas partes.

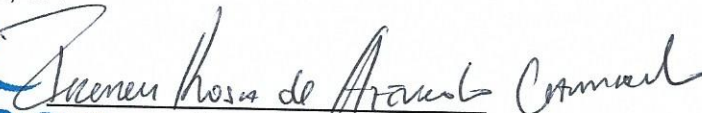
Assim o outorgam.

Feito na Cidade do Mindelo, ao 24º dia do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e dois.

A Primeira Outorgante
ENAPOR, SA


Eng.º Alcídio Nascimento Lopes
Presidente do Conselho de Administração


Portos de Cabo Verde


Eng.º Ireneu Rosa Azevedo Camacho
Administrador Executivo

Segundo Outorgante
Edward Consulta, Lda


Doutor Luís Jorge Monteiro Fernandes
Gerente


Edward Consult
Consultores - Gestão e Projectos